RGe ISSN: 2177-3246

A CONTRIBUIÇÃO DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO AGRONEGÓCIO: O CASO SICREDI SUDOESTE MT/PA

THE CONTRIBUTION OF CREDIT COOPERATIVES TO THE SUSTAINABLE DEVELOPMENT OF AGRIBUSINESS: THE CASE OF SICREDI SUDOESTE MT/PA

LA CONTRIBUCIÓN DE LAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO AL DESARROLLO SOSTENIBLE DEL AGRONEGOCIO: EL CASO DE SICREDI SUDOESTE MT/PA

10.56238/revgeov17n6-112

Priscilla de Oliveira Betoni
Mestranda em Ambiente e Sistemas de Produção Agrícola
Instituição: Universidade Estadual do Mato Grosso (UNEMAT)
E-mail: priscilla.betoni@unemat.br

Raimundo Nonato de Cunha França
Doutor
Instituição: Universidade Estadual do Mato Grosso (UNEMAT)
E-mail: raimundofranca@unemat.br

Bruno Miranda Onofre
Mestre
Instituição: Universidade Estadual do Mato Grosso (UNEMAT)
E-mail: bruno.onofre@unemat.br

RESUMO
Considerando a relevância do agronegócio brasileiro para a economia nacional, especialmente em Mato Grosso, destaca-se a importância das cooperativas de crédito no financiamento rural, com ênfase na sustentabilidade e inclusão financeira. O problema central da pesquisa é como as cooperativas de crédito, especificamente o Sicredi Sudoeste MT/PA, contribuem para o desenvolvimento sustentável do agronegócio e o fortalecimento das economias locais. Objetiva-se avaliar o impacto da cooperativa Sicredi Sudoeste MT/PA na promoção de práticas agrícolas sustentáveis e no acesso ao crédito para pequenos e médios produtores. Para tanto, a metodologia adotada é qualitativa, com análise de dados secundários e revisão de literatura. Desse modo, observa-se que o Sicredi tem incentivado a adoção de tecnologias sustentáveis e promovido a inclusão financeira no setor rural, contribuindo para o desenvolvimento local e a preservação ambiental. O que permite concluir que as cooperativas de crédito desempenham um papel crucial no fomento ao desenvolvimento sustentável do agronegócio, oferecendo soluções financeiras mais acessíveis e adaptadas às necessidades dos produtores rurais

Palavras-chave: Cooperativismo. Crédito Rural. Sustentabilidade. Desenvolvimento Local. Sicredi.

ABSTRACT
Considering the relevance of Brazilian agribusiness to the national economy, especially in Mato Grosso, the importance of credit cooperatives in rural financing stands out, with an emphasis on

sustainability and financial inclusion. The central problem of this research is how credit cooperatives, specifically Sicredi Sudoeste MT/PA, contribute to the sustainable development of agribusiness and the strengthening of local economies. The objective is to evaluate the impact of Sicredi Sudoeste MT/PA in promoting sustainable agricultural practices and providing access to credit for small and medium-sized producers. To achieve this, a qualitative methodology was adopted, involving the analysis of secondary data, a literature review. Thus, it is observed that Sicredi has encouraged the adoption of sustainable technologies and promoted financial inclusion in the rural sector, contributing to local development and environmental preservation. This leads to the conclusion that credit cooperatives play a crucial role in fostering the sustainable development of agribusiness by offering more accessible financial solutions tailored to the needs of rural producers.

Keywords: Cooperativism. Rural Credit. Sustainability. Local Development. Sicredi.

RESUMEN

Considerando la relevancia del agronegocio brasileño para la economía nacional, especialmente en Mato Grosso, destaca la importancia de las cooperativas de crédito en la financiación rural, con énfasis en la sostenibilidad y la inclusión financiera. El problema central de la investigación es cómo las cooperativas de crédito, específicamente Sicredi Sudoeste MT/PA, contribuyen al desarrollo sostenible del agronegocio y al fortalecimiento de las economías locales. El objetivo es evaluar el impacto de la cooperativa Sicredi Sudoeste MT/PA en la promoción de prácticas agrícolas sostenibles y en el acceso al crédito para pequeños y medianos productores. Para ello, la metodología adoptada es cualitativa, con análisis de datos secundários.De este modo, se observa que Sicredi ha fomentado la adopción de tecnologías sostenibles y ha promovido la inclusión financiera en el sector rural, contribuyendo al desarrollo local y a la preservación ambiental. Esto permite concluir que las cooperativas de crédito juegan un papel crucial en el fomento al desarrollo sostenible del agronegocio, ofreciendo soluciones financieras más accesibles y adaptadas a las necesidades de los productores rurales.

Palabras clave: Cooperativismo. Crédito Rural. Sostenibilidad. Desarrollo Local. Sicredi.

1 INTRODUÇÃO

Em um cenário geral, o cálculo realizado pelo Cepea (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada) em parceria com o CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil) resultou que o agronegócio respondeu por 23,8 % do PIB do país em 2023, demonstrando a importância desse ramo na nossa econom para nossa sociedade em geral. O protagonismo do Estado de Mato Grosso nessa seara coloca o estado sempre como destaque quando o assunto é a produção agrícola nacional, terceiro maior em extensão territorial ele configura em primeiro lugar no ranking brasileiro na produção de bovinos, soja, milho e algodão, etanol de milho, gergelim (IMEA, 2023).

Para estimular a produção rural e impulsionar o crescimento econômico, garantindo a segurança alimentar do país, o governo federal do Brasil implementa anualmente o Plano Safra. Este plano é essencial para disponibilizar recursos financeiros destinados ao crédito rural, oferecendo aos produtores condições favoráveis como taxas de juros mais baixas e prazos de pagamento estendidos. Essas medidas facilitam investimentos e custeios nas atividades agrícolas, contribuindo significativamente para o desenvolvimento sustentável do setor. O crédito destinado as atividades agropecuárias, historicamente sempre contou com um alto grau de normatização governamental, sendo influenciado pelo direcionamento dos recursos, com taxa de juros mais atrativas por usufruírem de subsídios (IPEA, 2019).

Conforme definido pelo Banco Central do Brasil (2023), crédito rural é a provisão de recursos financeiros por instituições autorizadas a atuar nesta área. Estes recursos são destinados exclusivamente às finalidades e condições estipuladas no Manual de Crédito Rural (MCR).

Segundo apontado pelo IPEA em 2019 as cooperativas de crédito aumentaram significativamente sua participação como instituição concedente do crédito rural, contanto com um incremento de, em média, 8.8% a.a., demonstrando crescente crescimento desde 2014. Elas têm sido catalisadoras importantes de desenvolvimento social em todo mundo. No Brasil essa cultura vem sendo difundida aos poucos e segundo Sistema OCB (2023), no ano de 2022 o Brasil contava com 728 cooperativas, 15,5 milhões de cooperados e 99.331 empregos diretos.

Entretanto, apesar do aumento progressivo dos recursos destinados ao crédito rural, alguns fatores dificultam o acesso a esses recursos. Por exemplo, a falta de acesso a uma conta em instituição financeira e a burocracia para obtenção de documentos dificultam o processo de solicitação do crédito por parte do tomador. Essa dificuldade é ainda maior dependo de alguns fatores, tais como, tipo de atividade, tamanho da propriedade, renda do produtor, nível de escolaridade e disponibilidade de assistência técnica. Dessa forma, a distribuição dos recursos disponíveis não é uniforme entre as linhas de crédito (Neves *et al*., 2020).

Partindo da premissa que o crédito rural, o agronegócio e sustentabilidade coexistem através da cooperação é extremamente relevante investigar o papel das cooperativas de crédito para o sistema produtivo de Mato Grosso e sua importância para desenvolvimento sustentável local.

Neste contexto, a presente pesquisa buscará avaliar a contribuição da cooperativa de crédito Sicredi Sudoeste MT/PA para o desenvolvimento sustentável do agronegócio em Mato Grosso.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O conceito de sustentabilidade se baseia na ideia de satisfazer as necessidades da população atual sem comprometer a capacidade das futuras gerações de atender às suas próprias, equilibrando cinco dimensões fundamentais: social, cultural, ecológica, ambiental e econômica. A dimensão social enfatiza o bem-estar humano, englobando aspectos como saúde, educação, segurança e justiça social. A dimensão cultural está focada na preservação das identidades e valores culturais. A ecológica, por sua vez, se concentra na proteção do meio ambiente, incluindo a preservação da biodiversidade e dos recursos naturais. A dimensão ambiental aborda a qualidade do ar, da água e do solo. Finalmente, a dimensão econômica busca um desenvolvimento econômico que esteja alinhado com a justiça social e a sustentabilidade ambiental (Romeiro, 2012).

O Relatório de Brundtland de 1987 (“Our Common Future”, da ONU), coloca como ideia de desenvolvimento sustentável as preocupações ambientais, sociais e econômicas, demandando equilíbrio entre elas (PUC Paraná, 2025).

Elkington (1997) apresenta o conceito de *Triple Bottom Line* (TBL), que propõe uma nova abordagem para avaliar o sucesso das empresas, considerando não apenas os aspectos financeiros, mas também os impactos sociais e ambientais das atividades empresariais. O autor defende que, no século XXI, as organizações devem adotar uma visão integrada da sustentabilidade, levando em conta três pilares principais: o econômico, representado pelo lucro financeiro; o social, que trata do bem-estar das pessoas e da responsabilidade social das empresas; e o ambiental, que envolve a preservação do meio ambiente e o uso responsável dos recursos naturais. De acordo com Elkington, a sustentabilidade deve ser vista não como um ônus, mas como uma estratégia a longo prazo, capaz de gerar vantagens competitivas, como inovação, fidelização dos consumidores e fortalecimento da imagem corporativa. O autor critica o modelo tradicional de negócios, que foca exclusivamente no lucro, e propõe que as empresas criem valor para todos os stakeholders, incluindo a sociedade e o meio ambiente. Assim, ao adotar práticas sustentáveis, as empresas não só contribuem para um futuro mais equilibrado, mas também se tornam mais competitivas e resilientes no mercado global.

O chamado tripé da sustentabilidade ganhou força na década de 1990, partir de então esses princípios passam a ser incorporados por governos e organizações internacionais em acordos globais como a Eco-92 e na Agenda 2030 da ONU.

Nas grandes conferências internacionais ainda na década de 1990 esforços já eram conduzidos a fim de adotar metas comuns que tivessem uma adesão global e que ganhassem força conjunta. Estes esforços culminaram em 2000, em Nova York, na Cúpula do Milênio, a Declaração do Milênio. Nesta declaração houve a formulação de oito ODM (Objetivos de Desenvolvimento do Milênio) que se concentraram em primazia em redução da pobreza extrema, fome, doenças e atenção as necessidades básicas com cumprimento de metas até 2015 (United Nations, 2015).

Contudo, apesar dos grandes avanços alcançados com as ODM até 2015, algumas metas não foram atingidas e questões importantes para a sociedade em contexto global não foram abarcadas, como, sustentabilidade ambiental e desigualdade econômica e social. Sendo assim um novo consenso foi atingido, da necessidade uma nova agenda global pós 2015 que desse continuidade aos avanços das ODS e abrangessem de forma mais ambiciosa as lacunas que não foram preenchidas anteriormente (United Nations, 2015).

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 2015, representam uma nova fase na formalização e sistematização do conceito de sustentabilidade. Os ODS são compostos por 17 objetivos globais, que abordam uma ampla gama de questões, incluindo a erradicação da pobreza, igualdade de gênero, saúde, educação de qualidade, saneamento básico e ação climática, entre outros. A implementação desses objetivos visa transformar o mundo de maneira holística, equilibrando o progresso econômico com a preservação ambiental e a justiça social. O marco temporal para o cumprimento dos ODS é o ano de 2030, e as metas estabelecidas para cada objetivo exigem a colaboração entre governos, empresas, sociedade civil e cidadãos (ONU, 2015).

2.2 O PAPEL DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO NO CRÉDITO RURAL

Quando falamos em crédito rural as cooperativas de crédito têm grande importância no desenvolvimento deste nicho, além do mais ela fomenta impactos sociais significativos nos locais onde estão inseridas. Por isso ao estudar uma cooperativa de crédito um aspecto que deve ser considerado é o enfoque social, pois o principal objetivo das cooperativas é atender a necessidade de seus cooperados (Cavinato; Capitani, 2023).

Conforme Mendes (2019), as cooperativas de crédito desempenham um papel crucial na inclusão financeira no campo, facilitando o acesso ao crédito para a adoção de tecnologias e práticas agrícolas sustentáveis. Entre as alternativas sustentáveis que podem ser adotadas com o apoio de crédito cooperativo estão a agricultura de baixo carbono, a agroecologia e a utilização de fontes de

energia renováveis, como a solar e a eólica, que reduzem os impactos ambientais das atividades rurais. Além disso, as cooperativas de crédito podem financiar projetos específicos voltados para a preservação ambiental, como o reflorestamento de áreas degradadas e a restauração de ecossistemas naturais. Segundo Lima e Silva (2020), a presença de cooperativas de crédito pode ser um facilitador no acesso de pequenos produtores a recursos para investimentos em práticas agrícolas que busquem minimizar os danos ambientais.

Ao possibilitar que pequenos produtores adotem práticas agrícolas mais sustentáveis, as cooperativas de crédito têm um impacto direto na promoção de um desenvolvimento rural sustentável. Elas não apenas oferecem recursos financeiros, mas também promovem a autonomia dos produtores, permitindo que tomem decisões sobre o uso de recursos naturais de forma mais consciente. Segundo Silva (2018), as cooperativas de crédito atuam como agentes de transformação, não apenas no aspecto financeiro, mas também na educação e na conscientização dos produtores sobre a importância da sustentabilidade.

Além disso, o cooperativismo de crédito contribui para a redução das desigualdades sociais e econômicas no campo. Ao garantir o acesso ao crédito de maneira equitativa, as cooperativas ajudam a melhorar as condições de vida e trabalho dos agricultores, o que também reflete positivamente na sustentabilidade social das comunidades rurais (Búrigo, 2006).

Paiva e Santos 2017, justificaram sua pesquisa na importância que as cooperativas de crédito trazem ao desenvolvimento das regiões que os bancos comerciais não chegam, possibilitando o acolhimento de mais pessoas no sistema financeiro nacional, a inclusão das pessoas com menor poder aquisitivo e a distribuição do microcrédito nessas localidades. No mesmo estudo concluem que a participação das cooperativas de crédito no sistema financeiro nacional é bem menor se comparado a outros países onde a cultura cooperativista é bem mais arraigada, contudo essa fatia de participação vem aumentando e desde 2006 vem experimentando resultados positivos de crescimento e que elas possuíam mais pontos de atendimentos no Brasil que as instituições financeiras convencionais, totalizando 5.633.

Jacques; Gonçalves, 2016, já vem discutindo sobre a importância das cooperativas de crédito junto a localidade atuante, trazem sobre o impacto no PIB per capita municipal nas cidades onde as cooperativas de crédito estão localizadas em comparação as cidades que não possuem cooperativas de crédito, demonstrando um impacto positivo nas cidades que possuem cooperativas de crédito em detrimento das que não possuem.

2.3 SICREDI SUDOESTE MT/PA: A COOPERATIVA DE CRÉDITO NO CENTRO-OESTE BRASILEIRO

O Sicredi Sudoeste MT/PA é uma cooperativa de crédito que tem se destacado no

financiamento rural na região Centro-Oeste do Brasil. Com uma presença marcante em Mato Grosso e no Pará, a cooperativa tem contribuído para o desenvolvimento das economias locais, promovendo a inclusão financeira e apoiando práticas agrícolas mais sustentáveis. A cooperativa foi fundada com o objetivo de fornecer crédito para os produtores rurais da região, que enfrentavam dificuldades no acesso a recursos financeiros para a produção agrícola (Sicredi, 2022).

A estratégia de sustentabilidade adotada pelo Sicredi é centrada na promoção de tecnologias agrícolas inovadoras e sustentáveis, como a utilização de fontes de energia renováveis, práticas de agricultura de baixo carbono, e o apoio a projetos de agroecologia e agricultura regenerativa. Segundo o relatório de Sustentabilidade do Sicredi (2022), a cooperativa tem alinhado suas operações aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, buscando contribuir para a proteção ambiental, a inclusão social e o fortalecimento da economia local.

Ao longo dos anos, a Sicredi Sudoeste MT/PA tem se consolidado como uma das maiores cooperativas de crédito no Brasil, com mais de 310 mil associados e presença em 77 municípios. Sua atuação no financiamento de agricultura familiar e em projetos de recuperação ambiental tem sido uma das principais formas de contribuição para o desenvolvimento sustentável no agronegócio (Sicredi, 2022).

2.4 ASPECTOS HISTÓRICOS DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO – CONCEITUAÇÃO E EVOLUÇÃO

O cooperativismo nasceu da necessidade de pessoas em fomentarem sua subsistência através do trabalho coletivo, de forma que o contentamento do indivíduo e da família se sobressaísse frente a interesses puramente econômicos, pois não objetivavam o lucro e sim a segurança social dos associados e suas famílias (COOP, [s.d.]).

Várias foram as formas de cooperação entre o homem desde a antiguidade, contudo o cooperativismo como é conhecido hoje surgiu em 1844 na cidade de Rochdale com a fundação de uma cooperativa de consumo composta por 28 tecelões. A primeira cooperativa de crédito foi criada em 1864, sendo tipicamente rural, caracterizava-se por ter responsabilidade ilimitada e solidária dos sócios, singularidade nos votos seja qual fosse o valor das quota-parte, a área de atuação limitada, a ausência de capital social e não havia distribuição de sobras ou dividendos (Pinheiro, 2005).

De Conto (2013), relata em seu estudo que o ato de cooperação tem situações de latência e momentos de força, sendo nos momentos de crise que ela se mostra viável e solidaria para grupos menos favorecidos.

Tão logo a modernidade, sustentada pela visão de liberalismo e pelo capitalismo leve ao pensamento de indivíduo que busca de forma individuais seus interesses e que isso geraria ganhos de forma coletiva parece não ter se sustentando, suscitando ainda mais desigualdade social e trazendo a

solidariedade como uma forma de se fortalecer frente as situações eminentes de desfavorecimento, De Conto (2013).

Cooperativa é uma associação autônoma de pessoas, unidas voluntariamente, para atender necessidades e aspirações econômicas, sociais e culturais comuns, a partir de uma empresa coletiva e democraticamente controlada, (Meinen; Port, 2016).

O Banco Central do Brasil denomina cooperativas de crédito como instituições financeiras que nascem do agrupamento de pessoas com o objetivo de prestar serviços financeiros apenas aos seus associados. Os cooperados usufruem e são donos do negócio, encontrando nesse lugar, vários dos principais produtos e serviços que os bancos tradicionais oferecem, tendo direito a voto independentemente do valor em cotas no capital social, não visando lucro e todos os participantes têm direitos e deveres com adesão livre e espontânea.

Ainda segundo Pinheiro, foi no ano de 1902 que foi composta a primeira cooperativa de crédito brasileira, em Nova Petrópolis (RS). Esta cooperativa está em funcionamento até hoje e se chama Sicredi Pioneira RS (Sicredi).

A regulamentação para a atividade cooperativista iniciou-se ainda em 1903 com a promulgação do Decreto 979 (BRASIL,1903).

Pinho 2004, traz importantes fatos históricos do cooperativismo como o que nos anos que remetem entre 1932-1964 a primeira lei cooperativa Dec. 22.239/32 e a reforma bancária de 1964, entre 1965 e 1970 a liquidação de muitas cooperativas de crédito e o fortalecimento do cooperativismo agrícola. Em 1971 a criação da lei 5764/71 com o surgimento do Sistema OCB e atualização da estrutura do cooperativismo, instituindo seu regime jurídico. Em 1988 a 1995 há a proibição do intrometimento do governo nas associações, onde há o ressurgimento e crescimento das cooperativas de crédito e das cooperativas de trabalho, dando a abertura para que haja a autonomia dessas organizações. Entre 1996 a 2002 conta com o processo de internacionalização do cooperativismo nacional, robustez das confederações de crédito, nascimento do Bansicredi e Bancoob e em 2003 com decisão do Conselho Monetário Nacional, novas regras para constituição de cooperativas de crédito com ápice no incentivo para ingresso das pessoas de baixa renda e microcrédito ofertado pelas cooperativas para essa categoria.

Em 2022 a Lei complementar 196/22 entra em vigor modelando regras, dando novo gás a gestão e governança das cooperativas, levando mais autonomia a administração. A lei complementar 130/2009 já tinha impulsionado essas alterações com a criação do Sistema Nacional De Crédito Cooperativo (SNCC) (Sicredi, 2022).

Bernardes e Ferreira 2023, abordam em seu estudo o crescimento da cooperativa Sicredi PR/SP/SJ, onde motivada pela alteração da legislação, a instituição passa a realizar uma reestruturação organizacional, capacitando e treinando seus líderes, desenvolvendo neles novas competências,

promovendo a inovação, planejamento estratégico e práticas do mercado. Essas mudanças trouxeram maior conexão entre os níveis hierárquicos, ajudando nos processos de tomada de decisão.

Na atualidade as cooperativas de crédito são catalisadoras importantes de desenvolvimento social em todo mundo. No Brasil essa cultura vem sendo difundida aos poucos e segundo Sistema OCB (2023), no ano de 2022 o Brasil contava com 728 cooperativas, 15,5 milhões de cooperados e 99.331 empregos diretos.

O cooperativismo de crédito se fundamenta em 7 princípios que buscam promover a inclusão financeira e o bem-estar coletivo dos seus associados. Os princípios do cooperativismo de crédito são estruturados de maneira a criar um sistema financeiro alternativo, mais inclusivo e voltado para o bem-estar social. Esses princípios, fundamentados nas ideias de solidariedade, democracia e autonomia, oferecem um modelo de gestão que busca a equilíbrio e o benefício coletivo (Bronzi et al. ,2024).

Quadro 1 - Princípios cooperativistas

Princípio	Descrição
1-Adesão voluntária e livre.	Qualquer pessoa pode se associar à cooperativa de crédito de forma voluntária, sem discriminação.
2-Gestão democrática	Todos os associados têm direito a um voto nas decisões da cooperativa, garantindo a governança democrática.
3-Participação econômica	Os membros contribuem igualmente para o capital da cooperativa e têm controle democrático sobre ele. Parte desse capital é de propriedade comum da cooperativa, e os membros geralmente recebem uma remuneração limitada ao valor integralizado, como condição para sua adesão.
4-Autonomia e independência	A cooperativa mantém sua capacidade de tomar decisões internas sem depender de entidades ou influências externas.
5-Educação, formação e informação	Capacitação dos associados e funcionários sobre a gestão cooperativa e os princípios financeiros, promovendo maior conhecimento e participação.
6-Intercooperação	As cooperativas de crédito devem colaborar entre si, criando uma rede de apoio mútuo que fortalece o impacto das ações cooperativas no desenvolvimento social.
7-Interesse pela Comunidade	Compromisso com o desenvolvimento e o bem-estar da comunidade local, priorizando ações que favoreçam o crescimento social e econômico.

Fonte: Adaptado de ACI – Aliança Cooperativa Internacional (2020)

Meinem e Port (2016), discorrem sobre um importante princípio do cooperativismo que muito tem a ver com este estudo, trata-se do 7º princípio, o interesse pela comunidade, onde expressam que pelos valores e princípios que as cooperativas possuem em seu DNA, possuem iniciativas que contribuem com a comunidade e com o bem-estar da população. Elas respeitam as diversidades de cada localidade que atuam, desenvolvendo soluções para os negócios e dão apoio a iniciativas que contribuem para o crescimento local melhorando a qualidade da vida das pessoas, associados ou não. Recicla recursos com o círculo vicioso de manter os recursos monetários naquela localidade gerando novas riquezas e divisas.

Segundo o panorama do sistema nacional de crédito cooperativo tendo como data base dezembro/2022 nos últimos anos, enquanto a quantidade de municípios com a presença do cooperativismo de crédito cresceu, a quantidade de municípios atendidos pelo segmento bancário

diminuiu. O Sistema Nacional de Cooperativas de Crédito (SNCC) aumentou sua representatividade no Sistema Financeiro Nacional (SFN) e se manteve como segmento com maior expansão de crédito. Neste sentido a representatividade das cooperativas em várias localidades, e em alguma delas sendo a única opção financeira, garante a inclusão bancária de vários brasileiros, inclusive ao pequeno produtor de áreas mais distantes (Banco Central do Brasil, 2022).

3 METODOLOGIA

A pesquisa adotará uma abordagem qualitativa, que é indicada para a análise de textos e documentos. Este tipo de abordagem permite uma compreensão detalhada dos processos de elaboração e aplicação das políticas públicas de crédito rural. O foco é compreender os significados, os padrões e as transformações ao longo do tempo, mais do que quantificar dados.

A revisão de literatura abordará estudos anteriores sobre as políticas públicas de crédito rural, com ênfase em sua evolução ao longo das décadas e nos desafios enfrentados por diferentes categorias de produtores rurais. A literatura será consultada para fornecer uma base teórica sobre o cooperativismo, cooperativismo de crédito, sustentabilidade e crédito rural no desenvolvimento do agronegócio.

A coleta de dados será feita a partir de fontes secundários, ou seja, documentos disponibilizados em sites governamentais que tratam da política de crédito rural e seus desdobramentos ao longo do tempo, que estão disponíveis em sites governamentais como o Banco Central do Brasil (Bacen), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Ministério de Agricultura e Pecuária e Abastecimento (MAPA), IMEA (Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária), a fim de subsidiar informações sobre o volume de crédito rural disponibilizado ao setor agropecuário nos anos estudados, a participação das cooperativas no sistema financeiro nacional, bem como examinar normativos e o estatuto da Cooperativa, e levantamento das leis que regulamentam as cooperativas de crédito, onde estarão disponíveis publicações oficiais, relatórios anuais, decretos e planos safra que detalham as políticas de crédito rural. As fontes secundárias incluirão artigos acadêmicos que discutem o impacto dessas políticas.

A discussão da pesquisa envolverá a interpretação dos dados obtidos e a comparação com o que foi encontrado na literatura revisada. Serão discutidos os impactos dessas políticas sobre os diferentes grupos de produtores rurais (como agricultura familiar e grande agricultura) e os efeitos socioeconômicos da implementação dessas políticas ao longo do tempo. Além disso, será analisado como as transformações nas políticas de crédito rural têm promovido o desenvolvimento rural sustentável e as práticas inovadoras no setor agropecuário.

Essa metodologia garante que o estudo seja realizado de forma sistemática e rigorosa, utilizando dados extraídos de fontes oficiais e baseando-se em uma sólida revisão de literatura.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 EVOLUÇÃO DO CRÉDITO RURAL NO BRASIL

Segundo o Ministério da Fazenda o crédito rural é a destinação de recursos para contratação de crédito no intuito que produtores rurais e agricultores familiares custeiem a safra, façam investimentos na propriedade e deem suporte a comercialização de seus produtos ou industrialização, ele é uma das ações do Governo Federal são implementadas pelo plano safra objetivando o fomento a atividade agropecuária**.** As finalidades deste tipo de crédito baseiam-se em custeio, investimento, comercialização e industrialização.

A evolução dos recursos destinados ao crédito rural nos últimos anos têm refletido um aumento significativo no apoio ao setor, com destaque para o crescimento das cooperativas de crédito. o sicredi, por exemplo, tem se destacado como uma das principais instituições de repasse de crédito, especialmente para os pequenos e médios produtores, que muitas vezes não têm acesso aos grandes bancos comerciais (Búrigo, 2006).

4.2 SICREDI E A SUSTENTABILIDADE NO CRÉDITO RURAL

O sicredi sudoeste MT/PA, como uma cooperativa de crédito, tem se alinhado às exigências de sustentabilidade no financiamento rural. a cooperativa tem investido em programas que promovem a agricultura de baixo carbono, a agroecologia e o uso de energias renováveis, como a solar e a eólica. tais iniciativas têm sido fundamentais para o fortalecimento das práticas agrícolas sustentáveis, principalmente em um contexto onde a preservação ambiental se torna cada vez mais crucial para garantir a competitividade do agronegócio (Sicredi).

Além disso, a cooperativa tem sido um facilitador da adoção de tecnologias sustentáveis, oferecendo crédito direcionado para projetos que busquem minimizar os impactos ambientais das atividades rurais, como o reflorestamento de áreas degradadas e a restauração de ecossistemas naturais. Isso reflete um modelo de crédito rural que vai além do simples financiamento de produção, focando também em resultados positivos para o meio ambiente e as comunidades locais.

4.3 IMPACTO ECONÔMICO E SOCIAL DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO

As cooperativas de crédito, especialmente o Sicredi, têm gerado impactos econômicos e sociais significativos nas regiões onde atuam. O aumento do acesso ao crédito tem promovido o desenvolvimento local, estimulando a criação de empregos e a melhoria das condições de vida das famílias rurais. Ao apoiar pequenos produtores, a cooperativa tem contribuído para a redução das desigualdades no campo, possibilitando que mais agricultores participem ativamente da economia rural (paiva; santos, 2017).

Além disso, a atuação do Sicredi tem impulsionado a integração de práticas sustentáveis nas propriedades rurais, o que não só melhora a rentabilidade dos produtores, mas também garante que a agricultura na região seja realizada de forma mais responsável e eficiente. Esse modelo de crédito, que leva em consideração a dimensão social e ambiental, é um exemplo de como o cooperativismo de crédito pode ser uma ferramenta essencial para promover um desenvolvimento sustentável no agronegócio (Cavinato; Capitani, 2023).

5 CONCLUSÃO

A pesquisa demonstrou que as cooperativas de crédito desempenham um papel essencial não apenas na ampliação do acesso ao crédito, mas também no fortalecimento da economia local e na promoção de práticas sustentáveis no setor agropecuário. Ao contrário dos bancos comerciais, que frequentemente priorizam a maximização dos lucros e a redução de riscos, as cooperativas focam no bem-estar de seus associados, proporcionando condições mais favoráveis e adaptadas às necessidades da comunidade local.

A contribuição das cooperativas de crédito, como a Sicredi, para o desenvolvimento sustentável é especialmente visível na maneira como essas instituições têm se alinhado às demandas globais por práticas agrícolas mais sustentáveis. Por meio da liberação do crédito rural, elas têm incentivado a adoção de tecnologias que promovem a preservação ambiental, como o uso de energias renováveis, práticas de baixo carbono e o manejo sustentável das terras. Essas iniciativas são um reflexo do crescente alinhamento entre o crédito rural e as políticas ambientais, que se tornaram ainda mais relevantes com o novo código florestal brasileiro e com as exigências do mercado por produtos mais sustentáveis.

Por fim, os resultados desta pesquisa reforçam a importância das cooperativas de crédito como agentes de transformação social e econômica nas regiões rurais, com um papel crucial na inclusão financeira, no desenvolvimento sustentável e no fortalecimento das economias locais.

Para avançar nesse processo, é necessário que as políticas de crédito rural evoluam para incorporar ainda mais práticas sustentáveis e que o acesso ao crédito seja facilitado para os pequenos e médios produtores, que são essenciais para garantir a segurança alimentar e o desenvolvimento econômico sustentável no país.

REFERÊNCIAS

AMARAL, F. J. G. do; BACHA, C. J. C. Evolução do crédito rural no Brasil de 1969 a 2023. *Revista de Economia Contemporânea*, v. 29, p. e252903, 2025.

ASSUNÇÃO, Juliano; SOUZA, Priscila. Resumo para políticas públicas. *A fragmentação de regras do crédito rural brasileiro*. Rio de Janeiro: Climate Policy Initiative, 2018.

ASSUNÇÃO, Juliano; COSTA, Davi Rogério de Moura; SOUZA, Priscila. Resumo para Política Pública. *O Papel das Cooperativas no Crédito Rural: Crédito cooperativo cresce em meio à crise econômica e auxilia na inclusão de pequeno produtor*. Rio de Janeiro: Climate Policy Initiative, 2020.

AZEVEDO, Monique de Abreu; GARTNER, Ivan Ricardo. *Concentração e Competição no Mercado de Crédito Doméstico*. Revista de Administração Contemporânea, v. 24, p. 380-399, 2020.

BNDES. *Moderagro: financiamento para modernização do setor agrícola*. Disponível em: https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/moderagro. Acesso em: 6 out. 2025.

BRASIL. Decreto nº 979, de 6 de janeiro de 1903. *Disponível em*: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/historicos/dpl/dpl979-1903.htm. Acesso em: 10 jun. 2024.

CARVALHO, J. et al. *Políticas públicas de educação no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Vozes, 2020.

CAVINATO, Nayara Regina; CAPITANI, Daniel Henrique Dario. Eficiência social das cooperativas de crédito rural no Brasil: uma análise sob a ótica regional. *Economia e Sociedade*, v. 32, p. 429-455, 2023.

CEPEA. PIB do Agronegócio Brasileiro. *Disponível em*: https://www.cepea.org.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx. Acesso em: 15 jun. 2024.

DE CARVALHO, J. N.; CASTRO, F. M.; DE CARVALHO, P. A.; NICOLELI, M.; DOS SANTOS, A. C.; PIFANO, D. S. *Evolução histórica do código florestal brasileiro e o impacto na produção agropecuária: Historical evolution of the brazilian forest code and the impact on agricultural production*. Brazilian Journal of Business, v. 5, n. 1, p. 411–427, 2023. DOI: 10.34140/bjbv5n1-026. Disponível em: https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJB/article/view/57302. Acesso em: 4 dez. 2025.

ELKINGTON, J. *Triple Bottom Line: empresas sustentáveis, um novo modelo de gestão*. São Paulo: M. Books, 1997.

GASQUES, J. G.; CONCEIÇÃO, P. O Crédito Rural no Brasil: desafios e perspectivas. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

IPEA. Nota Técnica *Evolução do crédito rural nos últimos anos-safra*. *Disponível em*: https://repositorio.ipea.gov.br/server/api/core/bitstreams/e6dc67c1-fc01-4b6e-94bc-583176edf432/content. Acesso em: 16 jun. 2024.

MENDES, J. C. Inclusão financeira e cooperativismo de crédito no setor rural. *Revista Brasileira de Agricultura Sustentável*, v. 12, n. 1, p. 83-97, 2019.

MEINEN, Ênio; PORT, Márcio. *Cooperativismo Financeiro: percurso histórico, perspectivas e desafios*. [S.l.]: 16 Tons, 2016. E-book. Disponível em: https://cooperativismodecredito.coop.br/wp-content/uploads/2021/03/Cooperativismo-Financeiro-percurso-historico-perspectivas-e-desafios-de-Enio-Meinen-e-Marcio-Port.pdf. Acesso em: 15 jan. 2024.

MUNDCOOP. *Instituição financeira cooperativa é o principal agente repassador do BNDES em 2023*. Recuperado de https://mundocoop.com.br/economia-negocios/instituicao-financeira-cooperativa-e-o-principal-agente-repassador-do-bndes-em-2023/. Acesso em: 10 nov. 2023.

NEVES, Mateus de Carvalho Reis et al. *Does access to rural credit help decrease income inequality in Brazil?* Journal of Agricultural and Applied Economics, v. 52, n. 3, p. 440-460, 2020.

ONU. *Transformando nosso mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Assembleia Geral das Nações Unidas, 2015. Disponível em: https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/. Acesso em: 10 jul. 2025.

PAIVA, Benedito Geovani Martins de; SANTOS, Neusa Maria Bastos Fernandes. Um Estudo do Cooperativismo de Crédito no Brasil. *Revista da Universidade Vale do Rio Verde*, v. 15, n. 2, p. 596-619, 2017. Disponível em: https://periodicos.unincor.br/index.php/revistaunincor/article/view/4277. Acesso em: 5 mai. 2024.

SICREDI. *Sustentabilidade*. Disponível em: https://www.sicredi.com.br/site/sobre-nos/sustentabilidade/. Acesso em: 10 set. 2024.

SILVA, F. M. O cooperativismo de crédito e os desafios para o desenvolvimento rural sustentável. *Revista de Estudos Sociais e Ambientais*, v. 22, n. 1, p. 102-114, 2018.

VIAAN, Camila Luconi; VACCARO, Guilherme Luis Roehe; VENZKE, Cláudio Senna. Sustentabilidade e os diferenciais cooperativos: um estudo em um sistema cooperativo de crédito. *Revista de Gestão e Organizações Cooperativas*, v. 5, n. 9, p. [não informado], jan./jun. 2018.